

REDE NOSSA SÃO PAULO

Este documento faz parte do
Repositório Digital da
Rede Nossa São Paulo

www.nossasaopaulo.org.br

Facebook, Youtube e G+: Rede Nossa São Paulo

Twitter: @nossasaopaulo

COLEGIADO – 1º DE ABRIL

Participantes:

Maria Alice Nassif, Maria Alice Setúbal, Gilberto de Palma, Sérgio Mauro (Sema), Maurício Piragino (Xixo), Georges Winnick, Gustavo Cherubine, Mario Bracco, Luiz Amaral, Caci Amaral, Padre Jaime, Jorge Wilhelm, Maurício Broinizi, Oded Grajew, Zuleica Goulart, Sérgio, Luiz França, Airton Góes, Gladys, Luanda Nera

Pauta:

Conselho de representantes

Seminário vereadores/ câmara

Apresentação Irbem

Programa de Metas

Plano Diretor

Programa de Metas:

Evidentemente não é o programa de metas dos nossos sonhos, mas é uma conquista enorme. Há metas, há vínculos com o programa eleitoral, há grandes avanços. Ao longo do tempo isso pode virar realmente uma prática política.

O secretário do Planejamento, Manuelito Magalhães Jr., anunciou que pretende lançar o Observatório da Cidade, com atualização permanente dos indicadores.

Airton relatou sobre a coletiva de divulgação do Programa de Metas. Segundo ele, o secretário não citou em nenhum momento a Lei, não citou o Movimento, sempre tratando a iniciativa como uma ação voluntária da Prefeitura.

Oded lembrou que temos insistido de que o Programa de Metas é um processo que inclui, principalmente, audiências públicas regionais e temáticas. Somente depois disso o programa será fechado. A primeira audiência pública ocorreu no dia 8/4, às 15h.

Oded informou também sobre o caderno Metas Qualitativas, que foi apresentado aos subprefeitos, secretários, prefeito, vereadores. É uma agenda para os próximos quatro anos.

“A lei é clara na obrigatoriedade de metas por subprefeituras. A proposta de zerar os zeros e de usar os melhores indicadores da própria cidade como referência precisa ser reforçada. Isso pode ser feito nas audiências públicas”, enfatizou Oded.

Maurício propôs uma reflexão sobre o Programa de Metas. O governo não iria, obviamente, dar o crédito ao Movimento. Mas é importante mostrar que toda a imprensa fez as referências, percebeu que foi uma iniciativa da sociedade civil. Essa equação que está posta nos coloca numa posição de co-responsáveis pelo debate e pela gestão a partir de metas. O Movimento tem sido o interlocutor. Por isso, os porta-vozes do Movimento precisam ler, estudar o Programa de Metas para falar sobre isso. Mas precisamos sim marcar posição na necessidade do georreferenciamento. É importante, quando falarmos com a imprensa ou mobilizarmos para as audiências, marcar a posição por subprefeituras. É o que diz a Lei.

Gustavo destacou que é importante criarmos uma estratégia para a cobrança das audiências públicas.

Padre Jaime lembrou que uma matéria da Folha de S.Paulo afirmou que, se o prefeito não cumprir a lei, não sofrerá sanção.

E Jorge Wilhelm completou que o castigo será político. “A nossa maior batalha é não deixar que o Programa de Metas caia no esquecimento. Sobre a divisão por subprefeituras, temos que ter um jogo de cintura, já que é a primeira vez. Já outras coisas são possíveis, como tirar os zeros. Planos de bairro, previstos no Plano Diretor, podem ajudar a consolidar a gestão regionalizada”, explicou.

Sema ponderou que o Movimento precisa formar uma opinião, fazer uma análise minuciosa. “Prefiro o termo regionalização à georreferenciamento. E a nossa diferença com

a Prefeitura não é só metodológica, é ideológica. Temos que ter jogo de cintura, mas até onde?”, avaliou.

Na opinião de Oded, fazer uma análise geral, de tudo, demandaria um esforço muito grande. Ao final da gestão será feita uma avaliação. E que, se recorrermos ao judiciário podemos ficar anos debatendo, sem respostas. Sobre a sanção, a punição é política. O que não impede que as organizações se mobilizem para pressionar juridicamente a Prefeitura. É um grande aprendizado para os governos e para a sociedade.

Gilberto lembrou a importância da Ouvidoria do município, que é uma instância de transparência.

Luiz França relatou que, na Zona Leste, está claro que os subprefeitos estão desorientados. “Em quatro das sete subprefeituras da Zona Leste II já conseguimos um grupo para acompanhar o programa de metas regionalmente. No dia 22 de abril vamos fazer uma grande mobilização para a realização das audiências públicas”.

Mario Bracco concordou com o Sema, na necessidade de uma comparação entre o que já fizemos e as metas apresentadas. Mas ponderou que é preciso valorizar a conquista, já que, hoje, poderíamos estar brigando para a prefeitura apresentar o programa de metas. Outra sugestão é elaborarmos cenários possíveis para os próximos meses e anos – sobre as prestações de contas, as audiências públicas etc. Vamos ter que organizar isso na secretaria executiva e nos GTs.

Caci lembrou que o trabalho que está sendo feito na Zona Leste é exemplar e que poderia sempre servir de referência.

Maurício, sobre a estratégia que vamos adotar: “Precisamos ter conteúdo para promover uma discussão de qualidade, aprofundada, nas audiências públicas. Temos que reforçar a participação popular, aproveitarmos o momento para qualificar o processo político. Precisamos adotar uma marcação cerrada, porém qualificada. Estamos à disposição para

estimular, divulgar, o que já está acontecendo na zona leste. Mesmo que o prazo para as audiências seja estendido, é fundamental que sejam feitas nas 31 subprefeituras”.

Maria Alice Setúbal sugeriu não ficarmos só na figura dos padres Jaime e Ticão e abriremos espaço para outras lideranças.

Oded reforçou que todos precisam ler com cuidado o programa de metas e prestar atenção à cada meta.

Câmara dos Vereadores:

(No último dia 7, às 10h, no Salão Nobre, foi realizado um encontro em que os GTs apresentaram propostas aos vereadores. Também no dia 7, às 19h, foi instalada a Frente Parlamentar pelo Conselho de Representantes)

Oded informou que foi realizada uma reunião com as lideranças partidárias com o objetivo de incentivá-los a participar mais intensamente do program de metas. Eles vão constituir uma comissão de acompanhamento das metas. Isso vai entrar na pauta da Câmara. E ficou a idéia de fazermos um seminário sobre a relação entre a sociedade e a Câmara. Foi uma conversa interessante, abriu portas.

Plano diretor:

Jorge Wilhelm informou sobre a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, da legalidade do projeto de lei de revisão do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo. “Ganharam os vereadores da situação, como se esperava. Mas houve uma vitória, que foi o consenso da necessidade de uma discussão intensiva em todas as regiões”, ponderou.

Conselho de representantes:

Xixo informou sobre como está os desdobramentos da ação pela implantação do Conselho de Representantes. “Um relator do processo no STJ colocou a questão em pauta e já a julgou. Nem mesmo olhou o material que nós levamos (*o instrumento jurídico chamado amicus curiae*). E disse que a questão tem que ser julgada no supremo. A história voltou para trás, terá que ser no Supremo Tribunal Federal. Teremos agora muitos anos de luta. Temos que mudar toda a estratégia. Precisa que um procurador da Câmara refaça o processo e o encaminhe para o Supremo”.

Aniversário do Movimento:

A idéia é fazer um seminário no dia 15 de maio e lançarmos o Irbem. Uma proposta municipal sobre os indicadores de bem-viver.

Outros informes:

Seminário da Rede de Cidades marcado para 28 e 29 de maio.

Projeto São Paulo 2022 – há um processo em marcha.

Mapas Verdes – parceria com a Natura – mapeamento da cidade, especificidades etc.

22 a 26 de abril – colóquio internacional sobre Cultura de Paz – solidariedade e diversidade na cidade, será realizado no Senac.

Suécia – estudantes da Universidade de Estocolmo criaram o projeto São Paulo 2050.